Sumário

NOTA À 8ª EDIÇÃO 5

APRESENTAÇÃO 23

CAPÍTULO I 25

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES 25

1. Aspectos legais da contratação direta *27*

1.1. a Constituição Federal 27

1.1.1. normas gerais *28*

1.1.2. competência legislativa do DF e Municípios *30*

1.1.3. normas de natureza supletiva *31*

1.1.4. uso de recursos federais pelos Estados e Municípios *32*

1.1.5. conclusão parcial *32*

1.2. art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal 33

1.3. a contratação direta e a legislação não federal 34

1.4. art. 115 da Lei nº 8.666/93 36

1.5. art. 117 da Lei nº 8.666/93 37

1.6. art. 118 da Lei nº 8.666/93 41

1.6.1. vedações ao edital (o que o edital não deve conter) *42*

1.6.2. procedimento - competência para legislar *45*

1.7. art. 119 da Lei nº 8.666/93 45

1.8. agências reguladoras 51

1.9. conselhos de fiscalização do exercício de profissão regulamentada 52

1.10. serviços sociais autônomos - Sistema "S" 53

1.11. sistema de contrato de gestão 54

1.12. aplicação de recursos internacionais 55

2. Conceitos fundamentais ***56***

a) contratante e contratado 56

b) imprensa oficial 58

CAPÍTULO II **59**

MODALIDADES DE LICITAÇÃO **59**

1. Noções ***61***

2. Convite ***63***

2.1. particularidades 63
2.2. conceito 64
2.3. fase de habilitação no convite? 64
2.3.1. consulta ao SIAFI 66
2.3.2. habilitação tradicional 66
2.3.3. convidar só habilitados 67
2.4. o que deve ser exigido para a habilitação no convite? 68
2.4.1. a regra deve ser a redução de documentos 68
2.4.2. documentos que não podem deixar de ser exigidos 68
2.4.3. pessoas físicas 70
2.4.4. microempresas 71
2.4.5. cooperativas de trabalho 71
2.4.6. regularidade fiscal 71
2.5. consulta ao PROCON 72
2.6. o ramo de atividade do licitante e a pertinência com o objeto 73
2.7. alterações 74
2.7.1. a exibição do convite ao público 74
2.7.2. a participação de interessados que não foram convidados 75
2.7.3. extensão de convite a cadastrados com desempenho insatisfatório 77
2.7.4. praça com mais de três possíveis interessados 78
2.7.5. limitações do mercado ou desinteresse dos convidados 79
2.7.5.1. limitações do mercado 80
2.7.5.2. manifesto desinteresse dos convidados 81
2.8. publicação do convite na imprensa 84
2.9. justificativa nos autos do processo 85
2.10. ausência de justificativa 86
2.11. três propostas válidas 87
a) expedição e recebimento 88
b) não obtenção das três propostas válidas 89
c) três propostas válidas no total dos itens 89
2.12. faixa de valores 90
2.13. comissão ou apenas um servidor 91
2.14. prazo 91
3. Tomada de preços 91
3.1. noções gerais 91
3.2. conceito legal 92
3.3. inovações 92
3.3.1. licitantes não cadastrados 92
3.3.2. limitação à exigência de documentos dos licitantes não cadastrados 95
3.3.3. outras peculiaridades 96
3.4. prazo 97
3.5. uso de tomada de preços para contratações na faixa de convite 97
4. Concorrência 98
4.1. noções gerais 98

4.2. conceito legal 99
4.3. uso de concorrência na faixa de preços inferiores 99
4.4. inexistência de limite superior de preço para sua utilização 100
4.5. prazo 100
4.6. licitações internacionais 100
4.7. licitações para imóveis 100
5. Concurso ***102***
5.1. conceito legal 102
5.2. distinção entre concurso público modalidade de licitação e concurso para ocupação de cargo ou emprego 103
5.3. inovações 104
5.4. prazo 105
5.5. a execução do serviço é posterior? 105
5.6. serviços técnico-profissionais e notória especialização 106
5.7. serviços advocatícios 107
5.8. serviços artísticos 110
5.9. consultoria 111
6. Leilão ***112***
6.1. conceito legal 112
6.2. limite de valor 112
6.3. bens penhorados 113
6.4. disciplinamento específico para divulgação 115
7. Pregão ***116***
7.1. conceito legal 117
7.2. características do pregão 117
7.3. órgão licitador - uso do pregão 118
7.4. licitantes 118
7.5. objeto do pregão 119
7.6. procedimentos do pregão 120
7.6.1. fase interna *120*
7.6.1.1. definição do objeto 120
a) precisa, suficiente e clara 121
b) especificações que limitem ou frustrem a competição 121
c) termo de referência 121
d) pré - qualificação do objeto 122
7.6.1.2. orçamento 122
7.6.1.3 ato convocatório 123
7.6.1.4. boa prática: formulário de credenciamento 127
7.6.1.5 otimizando a rotina de assinatura de contrato 127
7.6.2. publicidade do ato convocatório 128
7.6.3. procedimento do pregão 128
a) exame da aceitabilidade da proposta/lance 128
b) possibilidade de negociar 128
c) recursos 129

8. Critérios para definir a modalidade a ser utilizada 129
8.1. critério quantitativo 129
8.1.1. parcelamento 130
a) breve histórico 130
b) a operacionalização do parcelamento 131
b.1) considerar a totalidade da compra, obra ou serviço - art. 8º 131
b.2) à luz dos critérios técnicos disponíveis, dividir o objeto 132
b.3) à luz dos critérios econômicos, juntar ou não o parcelamento 132
c) precedentes sobre parcelamento 133
d) modalidade de licitação decorrente do parcelamento 135
8.1.2. parcelamento e fracionamento 138
8.1.3. contratos de serviços contínuos ou que ultrapassem um exercício 138
a) coincidindo o término com o exercício financeiro: 140
b) ajustando-se o contrato para duração de ano a ano: 140
8.1.4. superveniência de fatos novos 141
8.1.4.1. preços superiores aos estimados 141
8.1.4.2. execução do contrato e modificação das necessidades 142
8.1.4.3. jurisprudência 143
a) inobservância da modalidade por fracionamento de despesa 143
a.1) entre outros fatos, acarretaram multa 143
a.2) foram considerados irregulares, sem aplicação de multa 144
a.3) não foram aceitas as alegações 145
b) inobservância da modalidade - por descentralização 145
c) inobservância da modalidade - prazo entre uma licitação e outra 146
8.1.4.4. conclusão parcial sobre parcelamento e fracionamento 146
8.2. critério qualitativo 148
8.2.1. imóveis 149
8.2.1.1. direito real de uso 149
8.2.1.2. autorização de uso 151
8.2.1.3. permissão de uso 152
8.2.1.4. cessão de uso 153
8.2.1.5. concessão de uso 154
8.2.1.6. uso de imóvel como objeto acessório de outro contrato 155
8.2.1.6.1. agência bancária 157
8.2.1.6.2. lanchonete e restaurante 157
8.2.1.6.3. produtos de reprografia 158
8.2.2. licitações internacionais 158
8.2.3. bens móveis inservíveis 159
8.2.4. produtos legalmente apreendidos 159
8.2.5. produtos penhorado 159
8.2.6. trabalhos técnicos, científicos e artísticos 159
8.2.7. serviços técnicos profissionais 159
8.2.8. sistema de registro de preços 159
9. Características de cada modalidade e a forma do procedimento 159

10. Micro e pequenas empresas *163*
10.1. noções gerais 163
10.1.1. da definição de microempresa e empresa de pequeno porte *164*
10.1.2. do questionamento quanto a qualificação como ME e EPP *165*
10.1.3. dos possíveis vícios materiais e formais da LC 123/2006 ..... *166*
10.1.3.1. das semelhanças e diferenças entre lei complementar e lei ordinária 166
10.1.3.2. da pretensão à hierarquização entre lei complementar e lei ordinária 167
10.1.3.3. do princípio da isonomia 170
10.2. da terminologia "aquisições públicas" 171
10.3. da regularidade fiscal 173
10.4. do direito de preferência 175
10.4.1. do empate de valores nominalmente diferentes *178*
10.4.2. do procedimento para o desempate *180*
10.5. das licitações do tipo melhor técnica e técnica e preço 181
10.5.1. da melhor técnica *181*
10.5.2. da técnica e preço *182*
10.6. do poder regulamentar adicional 183
10.6.1. das diretrizes do poder regulamentar *185*
10.6.1.1. da licitação exclusiva 185
10.6.1.2. da subcontratação compulsória 186
10.6.1.3. do sistema de cotas 188
10.6.2. do consórcio *189*
10.7. conclusão 189
10.8. cooperativas 190

CAPÍTULO III **191**

CONTRATAÇÃO DIRETA: UMA VISÃO GERAL **191**
1. Noções gerais *193*
2. Licitação: regra ou exceção? *194*
2.1. demonstrativo das despesas licitadas - exercício de 1990 195
2.2. gestão do tesouro - despesas de 1995 e 2005 196
2.3. Poder Executivo - evolução da despesa aplicável de 2003 a 2008 197
2.4. despesa do Poder Executivo por modalidade de licitação 197
2.4.1 quadro comparativo por ano – 2003 a 2008 ..... *197*
2.4.2. demonstrativo da variação por modalidade – 2003 a 2008 ..... *198*
2.4.3. comparativo, por Ministério ou órgão equivalente - 2003-2008 ..... *200*
3. Licitação dispensada, dispensável e inexigível - distinções ***202***
4. Nos casos de contratação direta previstos em lei é permitido licitar? ***203***
5. Outros casos em que se discute a possibilidade de contratação direta ***205***
5.1. aquisição de bens móveis em consórcio - ilegalidade 205
5.2. concessão, permissão e autorização de serviços públicos 206
5.2.1. noções *206*
5.2.2. disciplinamento constitucional *207*
5.2.3. concessão *209*

5.2.4. permissão *211*
5.2.5. autorização *212*
5.2.6. delegação de serviços públicos de forma direta, sem licitação *214*
5.3. contratação de leiloeiro oficial 217
6. Critérios para auditagem ***220***
CAPÍTULO IV **223**
ALIENAÇÃO DE BENS COM DISPENSA DE LICITAÇÃO - ART. 17 ..... **223**
1. Bens públicos e particulares *225*
2. Bens públicos relacionados à produção e ao fornecimento de energia elétrica. *225*
3. Requisitos gerais para alienação de bens da Administração *226*
3.1. interesse público 227
3.2. avaliação prévia 228
3.3. licitação 229
4. Alienação de bens, sem licitação ***230***
a) inviabilidade de competição 230
a.1) espaços para agências bancárias oficiais *231*
a.2) lanchonetes, restaurantes, agências de viagem e outros *231*
b) licitação dispensável 233
5. Alienação de bens imóveis - questões introdutórias ***234***
5.1. conceito de imóveis 234
5.2. imóveis da União 234
5.3. requisitos gerais para a alienação de imóveis 235
6. Exigência de lei para alienação ***235***
6.1. competência legislativa 236
6.2. ausência de lei autorizadora - consequências 237
6.3. alienabilidade condicional - possibilidade restrita 239
6.4. dispensa de lei autorizadora - entidade paraestatal 239
6.4.1. entidade paraestatal - conceito *240*
6.4.2. entidade paraestatal - intermediadora de venda *241*
6.5. restrições legislativas à alienação 242
7. Licitação dispensada para imóveis ***242***
7.1. a licitação dispensada e o direito de preferência 242
7.2. alínea "a" - dação em pagamento **247**
7.2.1. conceito *248*
7.2.2. a questão do precatório *248*
7.2.3. interesse público *249*
7.3. alínea "b" - doação **250**
7.3.1. doação - noções *250*
7.3.2. doação de imóvel - restrições *251*
7.3.3. decisão do Supremo Tribunal Federal *251*
7.3.4. reversão de doação e a decisão do STF *253*
7.3.5. doação com encargo *254*
7.3.5.1. doação com encargo - bens móveis e imóveis 255
7.3.5.2. doação com encargo - licitação obrigatória 255

7.3.5.3. doação com encargo para particular 255
7.3.5.4. doação com encargo - procedimentos complementares 256
7.3.5.5. encargos da doação e a lei autorizadora 257
7.3.5.6. doação com encargo e a hipoteca 257
7.4. alínea "c" - permuta por outro imóvel 258
7.4.1. eficácia suspensa pelo STF 259
7.4.2. despesas da permuta 260
7.4.3. imóveis da Administração sem registro cartorário 261
7.4.4. imóvel por móvel - restrição à permuta 261
7.4.5. requisitos do imóvel pretendido pela Administração 261
7.5. alínea "d" - investidura 262
7.5.1. requisitos legais 263
7.5.2. imóvel inaproveitável ou dispensável na execução de hidrelétricas 264
7.5.3. valor superior ao limite legal 266
7.5.4. mais de um interessado 267
7.6. alínea "e" - venda a outro órgão ou entidade pública 267
7.6.1. requisitos 268
7.6.2. interveniência de corretor de imóveis 268
7.7. alínea "f" - programa habitacional e de regularização fundiária 269
7.7.1. requisitos 270
7.7.2. avaliação prévia e lei autorizadora 271
7.7.3. natureza da operação 271
7.7.4. finalidade habitacional e fundiária 272
7.7.5. princípio da impessoalidade 273
7.8. alínea "g" - ocupantes de terras devolutas 274
7.8.1. desnecessidade de lei autorizadora - condições 275
7.9. alínea "h" - imóveis de uso comercial, para regularização fundiária 275
7.9.1. requisitos 276
7.9.2. avaliação prévia e lei autorizadora 276
7.9.3. finalidade - programa de regularização fundiária de interesse social 277
7.9.4. princípio da impessoalidade 277
8. Licitação dispensada para bens móveis 277
8.1. conceito de bens móveis 277
8.2. alínea "a" - doação para fins e uso de interesse social 278
8.2.1. finalidade e uso 278
8.2.2. bens característicos da Administração 279
8.2.3. oportunidade e conveniência socioeconômica 280
8.2.4. impossibilidade de atender aos requisitos 281
8.3. alínea "b" - permuta entre órgãos ou entidades da Administração 281
8.3.1. decisão do Supremo Tribunal Federal 281
8.3.2. despesas da permuta 282
8.3.3. móvel permutado por imóvel 283
8.4. alínea "c" - venda de ações em bolsa 283
8.4.1. legislação específica 283

8.4.2. bolsa de valores 284
8.4.3. programa nacional de desestatização 284
8.4.4. publicidade nas operações da bolsa 285
8.4.5. jurisprudência 285
8.5. alínea "d" - venda de títulos **287**
8.5.1. legislação pertinente - competência concorrente 288
8.6. alínea "e" - venda por órgãos ou entidades da Administração **288**
8.6.1. noção 289
8.6.2. dispositivos correlacionados 290
8.6.3. produção e comercialização de bens pela Administração 290
8.7. alínea "f" - venda para outros órgãos ou entidades **292**
8.7.1. peculiaridades do contrato 293
8.8. imóveis para outro órgão público ou área rural na Amazônia Legal 293
8.8.1. noções 294
8.8.2. concessão de direito real de uso 294
8.8.3. requisitos 295

CAPÍTULO V **299**

DISPENSA DE LICITAÇÃO (ART. 24) **299**
1. Noções gerais ***301***
2. obras e serviços de engenharia de valor até 10% do limite do convite ***302***
2.1. noções 303
2.2. valor da obra ou serviço 303
2.3. serviços de engenharia 304
2.4. modificações do valor pelo reajuste ou alteração da obra ou serviço 304
2.5. valor de mercado 306
2.6. parcelas realizáveis conjunta ou concomitantemente 307
2.7. mesma natureza e local - realizável conjunta ou concomitante 310
2.8. parágrafo único do art. 24 312
2.8.1. valores máximos *312*
2.8.2. inalterabilidade dos requisitos dos incisos I e II *313*
2.8.3. destinatários *313*
2.9. dispositivos correlatos 314
3. Serviços e compras até 10% do convite ***314***
3.1. compras e serviços 315
3.2. treinamento 318
3.3. alienações 319
3.4. impessoalidade 320
3.5. empenho com garantia de pagamento contra entrega 321
3.6. dispositivos correlatos 321
4. De guerra ou grave perturbação da ordem ***322***
4.1. guerra 322
4.2. grave perturbação da ordem 324
4.3. requisitos 325
4.4. dispositivos correlatos 326

5. De emergência ou calamidade pública ***326***
5.1. noções 327
5.2. emergência 327
5.3. calamidade 329
5.4. imprevisibilidade 331
5.5. imprevisibilidade e contingenciamento do orçamento 335
5.6. risco 338
5.7. limitação do objeto 338
5.8. limitação temporal 339
5.9. requisitos para a validade da contratação direta 341
5.10. contrato provisório – demora na apreciação judicial 344
5.11. boas práticas - manualização de rotina 349
6. Licitação deserta/fracassada que não pode ser repetida ***349***
6.1. noções e requisitos 349
6.2. licitação anterior 350
6.3. ausência de interesse 352
6.4. risco de prejuízos 352
6.5. evitabilidade do prejuízo mediante contratação direta 353
6.6. imutabilidade das condições anteriormente ofertadas 353
6.7. quando a licitação anterior foi convite 355
6.8. dispositivos correlatos 356
6.9. bens públicos - concessão e permissão de energia elétrica 357
6.10. processo de dispensa 357
7. Intervenção no domínio econômico ***358***
7.1. dispositivos correlatos 361
8. Preços manifestamente superiores aos de mercado ***361***
8.1. requisitos 361
8.2. ocorrência de licitação anterior 362
8.3. apresentação de propostas 363
8.4. momento da verificação dos preços das propostas 365
8.5. reapresentação das propostas com preços 366
8.6. a licitação e os cartéis 366
8.6.1. os cartéis *367*
8.6.2. a licitação *369*
8.6.3. o que pode ser feito? *370*
8.6.4. prejuízo decorrente de superfaturamento *374*
8.7. dispositivos correlatos 376
8.8. tipos e modalidades de licitação 377
9. Aquisição de bens ou serviços de órgão ou entidade pública ***378***
9.1. noções 378
9.2. requisitos 380
9.2.1. contratante: pessoa jurídica de direito público interno *381*
9.2.2. contratado: órgão ou entidade integrada à Administração Pública *381*
9.2.2.1. contratado: prestador de serviço público delegado 383

9.2.2.2. contratação entre unidades da federação 384
9.2.3. contratado criado para o fim específico do objeto *387*
9.2.4. criação anterior à Lei nº 8.666/93 ..... *391*
9.2.5. preço compatível com o mercado *392*
9.3. constitucionalidade do inciso 393
9.3.1. entidade que explora atividade econômica *394*
10. Segurança nacional ***395***
10.1. comprometimento da segurança nacional 395
10.2. caso SIVAM e financiamento externo 396
10.3. casos estabelecidos em decreto do Presidente da República 397
10.4. audiência do Conselho de Defesa Nacional 397
10.5. Decreto nº 2.295/97 398
10.6. dispositivos correlatos 399
11. Compra ou locação de imóvel para finalidades precípuas da Administração ***399***
11.1. necessidade de instalação e localização condicionando a escolha 400
11.2. finalidades precípuas da Administração 401
11.3. avaliação prévia e compatibilidade de preços 402
11.4. legislação correlata 404
a) prorrogação da locação 405
b) sujeitos da locação 406
12. Contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento ***408***
12.1. noções 408
12.2. vinculação à proposta do licitante vencedor 409
12.3. prazo de validade da proposta do licitante 409
12.4. requisitos 410
12.4.1. existência de licitação anterior *410*
12.4.2. contratação do objeto com o licitante vencedor *410*
12.4.3. observância da ordem de classificação da licitação *410*
12.4.4. contratação de remanescente *412*
12.4.5. condições e preço do licitante vencedor *414*
12.5. alteração do objeto 415
12.6. modalidade pregão 416
13. Hortifrutigranjeiros, pão e perecíveis ***416***
13.1. noções 416
13.2. requisitos 417
13.2.1. o requisito temporal *417*
13.2.2. requisitos do objeto *419*
13.2.3. preço *420*
14. Instituição brasileira de pesquisa, ensino, desenvolvimento institucional ou dedicada à recuperação social do preso ***421***
14.1. noções 422
14.2. requisitos 423
14.2.1. instituição brasileira *423*
a) instituição 423

b) nacionalidade brasileira 424
c) instituição pública de outra esfera de governo 424
14.2.2. estatuto ou regimento e objetivo da instituição *425*
14.2.2.1. dedicação à pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional 425
14.2.2.2. recuperação social do preso 432
14.2.2.3. pesquisa energética 433
14.2.3. inquestionável reputação ético-profissional *434*
14.2.4. reputação ético-profissional e notória especialização *435*
14.2.5. objeto do contrato *438*
14.2.6. contratado sem fins lucrativos *440*
14.3. viabilidade de competição 441
14.4. dispositivos correlatos 442
14.4.1. preço 442
14.4.2. limites à terceirização 443
15. Aquisição de bens ou serviços nos termos de acordo internacional específico 444
15.1. noções 444
15.2. alcance da dispensa 444
15.3. requisitos 445
15.4. dispositivos correlatos 452
16. Aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos 453
16.1. noções 453
16.2. objeto 454
16.2.1. compras *454*
16.2.2. restauração e dispositivos correlatos *457*
16.3. contratante 459
17. Impressão oficial e serviços de informática 461
17.1. noções 461
17.2. requisitos 462
18. Manutenção de equipamentos durante a garantia técnica 467
18.1. noções 467
18.2. requisitos 469
18.2.1. objeto *469*
18.2.2. componente necessário à manutenção do equipamento *471*
18.2.3. período de garantia técnica *472*
18.2.4. fornecedor original do equipamento *474*
18.2.5. aquisição junto ao fornecedor original e a condição da garantia *474*
18.3. peças genuínas 475
19. Abastecimento de navios, embarcações, unidades aéreas ou tropas em deslocamento 477
19.1. noções 477
19.2. requisitos 478
19.2.1. contratante responsável pelo abastecimento *478*
19.2.2. localização em caráter eventual *480*
19.2.3. a necessidade do abastecimento *481*

19.2.4. tempo exigido para o processo licitatório 482
19.2.5. limite do valor 483
20. Materiais de uso pelas Forças Armadas 484
20.1. noções 484
20.2. requisitos 485
20.2.1. objeto do contrato 486
20.2.2. material de uso pessoal e administrativo 487
20.2.3. manutenção da padronização 487
20.2.4. padronização impositiva 488
20.2.5. parecer de comissão instituída por decreto 488
21. Associação de portadores de deficiência física 489
21.1. noções 490
21.2. requisitos 491
21.2.1. qualificação do contratado 491
21.2.2. o objeto do contrato 492
21.2.3. restrições ao contratante 493
21.2.3.1. contratação eventual 494
21.2.3.2. contratação não eventual - terceirização 496
21.2.4. preço 500
22. Bens para pesquisas científica e tecnológica 502
22.1. noções 502
22.2. objeto 505
22.3. a origem dos recursos 506
23. Fornecimento ou suprimento de energia elétrica 507
23.1. noções 507
23.2. requisitos 508
24. Contratação de empresa pública ou sociedade de economia mista, com suas subsidiárias e controladas 511
24.1. noções 511
24.2. requisitos 513
24.2.1. contratante 513
24.2.2. contratada 514
24.2.3. objeto 514
24.2.4. preço 514
25. Contrato com as organizações sociais 514
25.1. noções 515
25.2. requisitos 520
25.2.1. contratante 520
25.2.2. contratado 520
25.2.3. objeto 521
25.2.3.1. viabilidade de competição 521
25.2.3.2. notória especialização 522
25.3. aplicabilidade do instituto da licitação e as organizações sociais 522
26. Contratação por ICT ou agência de fomento 524

26.1. considerações iniciais 524
26.2. conceituações 525
26.3. requisitos 525
27. Contrato de programa para a prestação de serviços públicos 526
27.1. noções 526
27.2. divergência doutrinária quanto à natureza jurídica do instituto 526
27.3. requisitos 527
28. Resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis 528
28.1. noções 528
28.2. requisitos 529
28.2.1. titularidade do contratante 529
28.2.2. requisitos constantes do dispositivo 529
28.3. considerações finais 529
29. Bens e serviços de alta complexidade tecnológica e defesa nacional 530
29.1. considerações iniciais 530
29.2. do incentivo a investimentos em pesquisa científica e tecnológica 531
29.3. requisitos 531

CAPÍTULO VI 533

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 533
1. A inviabilidade de competição e a inexigibilidade 536
2. Casos amparados no caput do art. 25 537
2.1. inviabilidade de competição por contratação de todos 537
a) todos os que satisfaçam às condições exigidas 538
b) impessoalidade na definição da demanda, por contratado 539
c) que o objeto satisfaça na forma definida no edital 539
d) que o preço de mercado seja razoavelmente uniforme 539
2.1.1. credenciamento de serviço médico 539
2.1.2. credenciamento para treinamento 541
2.1.3. credenciamento para serviços jurídicos 541
2.1.4. credenciamento para execução de créditos hipotecários 542
2.1.5. cobrança da dívida ativa 542
2.1.6. tipos de credenciamento 543
2.2. atividades em monopólio - correios, telefonia e venda de combustíveis 543
2.3. vale-transporte 545
2.3.1. credenciamento – boa prática 546
2.4. serviços de manutenção - elevadores e central telefônica 546
2.5. cursos de treinamento - aperfeiçoamento 548
2.6. direitos autorais 549
2.7. convênio 552
2.8. tradutor e intérprete 553
2.9. peritos designados pela Justiça 554
2.10. publicidade, propaganda e patrocínio 554
2.11. depósito judicial - ato discricionário - contrapartida de vantagens 557

2.12. membro de banca examinadora de concurso 558
2.13. outros 558
a) água e esgoto 558
b) arte para presente 558
c) arquivos deslizantes 559
d) cessão de uso de espaço para associação 559
e) equipamentos 559
f) hospedagem 560
g) jornais, revistas e publicidade 560
h) pagamento de pessoal 560
i) passagem aérea 561
j) selos 561
k) sistema de segurança bancária 561
l) arrecadação de tributos 561
2.14. vedação ao uso do art. 25, *caput* 562
3. Art. 25 - fornecedor exclusivo ***562***
3.1. noções 563
3.2. requisitos 563
3.2.1. o objeto do contrato *564*
3.2.2. a possibilidade jurídica de indicar marcas *565*
3.2.3. boas práticas *574*
3.2.3.1. exigência de amostras do produto 574
3.2.3.2. padronização de produtos e marcas 575
3.2.3.3. caderno de especificações e As built 579
3.2.3.4. banco de qualidade 580
3.2.3.5. requisitos do contratado 580
3.2.4. a exclusividade deve ser aferida só no local? *582*
3.2.5. atestado: forma de comprovação da exclusividade *585*
3.2.6. entidades equivalentes *589*
3.2.7. atestado falso - consequências *592*
4. Singularidade e notória especialização ***594***
4.1. noções 595
4.2. requisitos 596
4.2.1. a inviabilidade de competição *597*
4.2.2. objeto do contrato *598*
4.2.3. serviço técnico e serviço técnico profissional especializado *598*
4.2.4. serviço técnico profissional especializado e o art. 13 ..... *599*
4.2.5. a singularidade do serviço pretendido *600*
4.2.5.1. serviços advocatícios 605
4.2.5.2. serviços de publicidade e divulgação 612
4.2.5.3. a publicidade e a divulgação dos editais 613
4.2.5.4. treinamento 614
4.2.5.5. informática - software 618
4.2.5.6. ativos fiscais *620*

4.2.6. requisitos do contratado 620
4.2.6.1. a habilitação 620
4.2.6.2. a especialização 621
4.2.6.3. a notória especialização 621
4.2.7. a essencialidade da contratação e a viabilidade de competição 625
4.2.8. a notória especialização e a singularidade 627
5. Contratação direta de artista ***628***
5.1. requisitos 629
5.1.1. objeto 629
5.1.2. contração direta ou por empresário 631
5.1.3. consagração pela crítica especializada ou pela opinião pública 632
5.1.4. amplitude geográfica da consagração 634
5.1.5. preço 635
CAPÍTULO VII **637**
PROCEDIMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO DIRETA **637**
1. Noções ***639***
2. Os processos de contratação direta ***640***
3. Fases do procedimento ***643***
4. A instrução do processo ***646***
4.1. formalidades 647
4.2. conteúdo 649
4.3. parecer técnico ou jurídico 649
4.3.1. parecer técnico 650
4.3.2. parecer jurídico 651
5. Justificativa da contratação direta ***653***
6. Justificativa da escolha do contratado ***655***
7. Justificativa do preço ***657***
7.1. planilha de custos 657
7.2. para inviabilidade de competição e preço 662
7.3. para os incisos I e II do art. 24 663
7.4. para os incisos do art. 17 664
7.5. parâmetro de preço 665
a) é necessária a referência de preços 667
b) o preço adequado é o praticado no âmbito dos órgãos públicos 668
7.6. registro de preços 669
7.7. superfaturamento 670
8. Validade da proposta ***672***
9. Comunicação à autoridade superior ***673***
10. Decisão da autoridade superior ***675***
11. Publicação ***676***
12. Observações sobre o contrato decorrente ***679***
12.1. direitos de quem seria o futuro contratado 679
12.2. é necessário formalizar o ajuste mediante contrato? 681

12.3. é obrigatório publicar o contrato ou substitutivo? 681
12.4. alterabilidade dos contratos decorrentes de contratação direta 682
a) alteração do objeto 682
b) alteração do preço 683
c) alteração do prazo 684
d) alteração da forma de pagamento 684
12.5. subcontratação na contratação direta 685
12.6. deveres do proponente 685
13. Contratado sem licitação **686**
13.1. a visão do contratado 687
13.2. colaborador/contratado 687
13.2.1. preço do contrato *688*
13.2.2. manutenção do equilíbrio econômico financeiro *691*
ÍNDICE DE ASSUNTOS **695**